

O DEVER DO CRISTÃO PARA COM OS

POBRES E NECESSITADOS



SOCIEDADE PELA

REFORMA

O DEVER DO CRISTÃO PARA COM OS
POBRES E
NECESSITADOS



SOCIEDADE PELA
REFORMA

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	5
II. DO DEVER.....	7
III. DA DISPOSIÇÃO DO CORAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS	11
IV. DAS RAZÕES QUE NOS ESTIMULAM E ORDENAM A ESSE DEVER	15
V. DAS BÊNÇÃOS E AMEAÇAS ANEXAS AO DEVER	17
VI. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

O DEVER DO CRISTÃO PARA COM OS POBRES E NECESSITADOS

I. INTRODUÇÃO

1. O que nos revela a Escritura sobre o dever do cristão piedoso para com os pobres e necessitados?

A Escritura nos revela que esse dever, chamado de religião pura e incontaminada para com Deus¹, consiste em socorrer aos pobres e necessitados que o Senhor providencialmente coloca no caminho de Seus filhos², de acordo com determinados princípios e a devida disposição do coração³, motivando-os pelo exemplo de Cristo⁴ e prometendo bênçãos àqueles que, de coração sincero, amam e servem com seus bens aos que precisam de ajuda, bem como ameaçando com terríveis juízos àqueles que fecham os olhos a estes que carecem de socorro⁵.

[1] Tg 1:27 [2] Lc 10:25-37 [3] 2 Co 9:7 [4] 2 Co 8:9 [5] Pv 28:27

II. DO DEVER

2. Qual é o dever integral que a Escritura coloca sobre o cristão piedoso para com os pobres e necessitados?

Este dever do filho de Deus consiste tanto na pregação do evangelho para a salvação da alma, quanto na provisão dos recursos materiais para a manutenção da vida. A primazia do primeiro não elimina a importância do segundo, como ficou claro pelo exemplo de nosso Senhor em seu ministério terreno¹.

[1] Mt 11:5; 15:32

3. Por que o cristão piedoso deve se atentar tanto para as necessidades espirituais quanto materiais dos homens?

Porque as necessidades dos homens são de acordo com a sua natureza, que é composta de parte material e parte espiritual¹. Falham tanto aqueles que apenas prestam socorro material², quanto os que o fazem somente no que se refere às carências espirituais³.

[1] Gn 2:7; 1 Ts 5:23 [2] Mt 4:3,4 [3] Tg 2:15,16

4. No que consiste este dever quanto à manutenção da vida?

Consiste em tirar dos seus próprios bens¹ para atender ao seu próximo quando em aflições em tudo o que diz respeito ao sustento básico dele, isto é, o comer, o beber e o vestir².

[1] 1 Co 16:1,2 [2] Is 58:6,7; Dt 10:18; Mt 6:25,31,33; 1 Tm 6:8

5. Como a Escritura distingue os homens por meio desse dever?

A Escritura destaca esse dever como uma obra singular do

cristão piedoso¹, falando dos ímpios como aqueles que o negligenciam².

[1] Sl 112:1,9; Jó 29:12-16; Pv 31:10,22; Jr 22:16 Mt 25:34-40; Tg 1:27 [2] Pv 29:7; Ez 16:49; Mt 25:41-46; 1 Jo 3:17

6. Por que apóstolo Tiago chama o cuidado dos órfãos e viúvas de religião pura?

Porque o amor ao próximo é o cumprimento de toda a Lei¹, o que expressamos ao dizer que, aquele que não ama ao seu próximo a quem vê, não pode amar a Deus a quem não vê². Não porque os mandamentos que dizem respeito diretamente a Deus não devam também ser obedecidos³, mas porque o verdadeiro amor ao próximo parte de um verdadeiro amor por Deus.

[1] Gl 5:14 [2] 1 Jo 4:20,21 [3] Mt 22:36-39

7. O que dizer daqueles que, apesar de ímpios, socorrem aos necessitados?

Visto que os ímpios não têm fé em Cristo e, portanto, não querem e nem podem agradar a Deus¹, todas as suas obras, por mais belas que sejam aos olhos humanos, são consideradas como escória diante do Senhor². Nem mesmo um suposto desejo sincero de fazer o bem ao próximo pode ser considerado como suficiente para que esta caridade seja aceita por Deus, pois tudo que não é feito por fé e não visa em primeiro lugar a glória de Deus é pecado³. Ademais, nenhum homem pode alcançar o favor de Deus pelas suas obras, senão unicamente pela graça do Senhor, mediante a fé⁴.

[1] Hb 11:6; Rm 8:7; 1 Co 2:14 [2] Pv 28:9; Is 64:6 [3] Rm 14:23; 1 Co 10:31 [4] Ef 2:8-10

8. Como essas obras de caridade são aceitas diante de Deus?

Deus, que opera em nós tanto o querer como o realizar¹, pela Sua graça nos move a cumprir esse dever² e o torna aceitável diante de Si pela mediação de Cristo, sem a qual nada do que fazemos pode ser considerado realmente bom ou agradável à Deus³.

[1] Fp 2:13 [2] 1 Co 8:1,2 [3] Jo 15:5; Ef 1:6; 1 Pe 2:5

III. DA DISPOSIÇÃO DO CORAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

9. O que a Escritura nos revela sobre a disposição do coração necessária pra o cumprimento desse dever?

Que aquele que tira dos seus bens para dá-los ao próximo deve fazê-lo liberal e voluntariamente¹, não com tristeza ou avareza, mas com prontidão de vontade e alegria², pois Deus se agrada daqueles que em tudo O servem de coração sincero³.

[1]2 Co 8:1-3; Rm 12:8 [2] 2 Co 8:12; 9:2,5,7 [3] 1 Sm 16:7; Sl 51:17; Mt 15:7,8

10. De que maneira essa disposição de coração influencia a execução desse dever?

Aqueles que possuem a devida disposição interior não se satisfazem em ajudar somente aqueles que encontram em seu caminho, mas, lembrando que sempre haverá pobres entre os homens¹, diligentemente procuram por pessoas a quem possam socorrer², não aproveitando a ausência de necessitados à vista para acumular mais riquezas³.

[1]Dt 15:11 [2] Pv 29:7; Gl 2:10 [3] Mt 6:19-21; Lc 12:16-21

11. Por que se faz tão necessário ressaltarmos a disposição do coração no cumprimento desse dever?

Porque temos um coração perverso e egoísta, que desconfia da provisão de Deus¹, buscando, sempre que possível, reter aquilo que Ele nos deu tanto para o nosso sustento básico² quanto para repartir com o que está em necessidade³.

[1] Jr 17:9; Êx16:16,19,20,23,27,28; Mt 6:31-34 [2] Dt 15:9,10; Sl 112:9; Pv 21:26; Mt 19:21,22 [3] Ef 4:28; Dt 24:19-22

12. Além do desejo de reter o que deveríamos alegremente repartir, que outra tendência perversa há em nosso coração com relação a administração dos recursos que recebemos de Deus?

Além de reter o que deveríamos alegremente repartir, temos também a perversa tendência de gastar além do nosso sustento básico e, muitas vezes, além das nossas posses, buscando a satisfação das nossas concupiscências.¹

[1] Pv 21:17,20; Lc 15:11-14

13. Além da devida disposição do coração, quais regras ou princípios devem ser observados para a piedosa execução desse dever?

Devemos doar dos nossos bens ao próximo conforme a nossa prosperidade¹, isto é, segundo o que temos e não segundo o que não temos, suprindo aos pobres no seu sustento básico, porém, sem trazer sobre nós sobrecarga ou dificuldade aflitiva para dar-lhes alívio, mas fazer tudo de modo que haja equidade².

[1] 1 Co 16:2 [2] 2 Co 8:12-14

14. O que queremos dizer por sobrecarga e dificuldade aflitiva?

Por sobrecarga queremos dizer o compartilhar dos bens de uma maneira tal que traga dificuldades para a manutenção do sustento básico daquele que está doando. Por dificuldade aflitiva queremos dizer o compartilhar dos bens de uma maneira tal que falte ao sustento básico àquele que doa.

15. O que significa essa equidade que deve ser buscada?

Não significa doar tudo o que possuímos para que todos tenham a mesma quantidade de bens, pois não é obrigação de cada indivíduo repartir ou doar tudo o que tem¹, antes significa que deve haver um esforço no sentido de que todos tenham o necessário para o seu sustento básico².

[1] At 5:1-4 [2] Pv 30:7-9; 1 Tm 6:8

*IV. DAS RAZÕES QUE NOS ESTIMULAM
E ORDENAM A ESSE DEVER*

16. Quais razões nos dá a Palavra de Deus para nos estimular a esse dever e nos deixar indesculpáveis quanto a negligência dele?

O nosso resgate do reino das trevas¹, a provisão diária de Deus para nossas vidas² e a encarnação e a prática piedosa de nosso Senhor Jesus Cristo³ são razões claras e suficientes para nos estimular à desse dever e nos tornar culpados diante de Deus se em negligência da prática deste princípio⁴.

[1] Dt 15:12-15; 24:17,18,22 [2] 2 Co 9:8,9 [3] Fp 2:5; 2 Co 8:9 [4] Tg 4:17

17. De que modo o nosso resgate do reino das trevas e a provisão diária de Deus para nossas vidas nos estimulam ao cumprimento desse dever?

Essas razões nos estimulam ao cumprimento desse dever ao contemplarmos que Deus, todo suficiente em Si e perfeito em santidade, não podendo contemplar a maldade¹, compadeceu-Se de criaturas caídas em pecado e completamente perversas como nós², ao conceder tudo de que precisamos para a nossa sobrevivência nessa vida³ e demonstrar grandemente o Seu amor ao agraciar os homens com a completa redenção de suas almas em Cristo⁴.

[1] At 17:24,25; Is 6:3; Hc 1:13 [2] Ef 2:1-4 [3] Mt 6:11,31,32 [4] Cl 1:14; Jo 3:16; Rm 5:8

18. Como a encarnação de Cristo serve de razão para o cumprimento desse dever?

Sendo Cristo o Deus eterno, glorioso junto ao Pai desde toda a eternidade, não tendo para com os homens obrigação alguma¹, voluntariamente Se fez pobre em Sua encarnação² para que, por meio de Sua pobreza, tornasse-nos ricos em toda sorte de bens espirituais³, de modo a que confiássemos plenamente em Deus, em todo o tempo e em todas as ocasiões⁴.

[1] Jo 1:1,2,14; 17:5; Rm 11:35 [2] Fp 2:5-8 [3] 2 Co 8:9; Ef 1:3 [4] Sl 23:1,4; Hb 13:6

19. Como a prática piedosa de Cristo na Terra nos serve de exemplo para o cumprimento desse dever?

Cristo, enquanto andou sobre a Terra, não teve por motivo de preocupação o Seu comer e beber ou quanto ao onde encostar a cabeça¹, mas demonstrou cuidado integral para com os necessitados, de modo a pregar-lhes o evangelho² e, muitas vezes, também conceder-lhes alívios temporais³.

[1] Mt 8:20; Jo 4:34 [2] Mt 11:5 [3] Mt 14:14; 15:32

20. De que maneira essas razões nos deixam indesculpáveis quanto à negligência desse dever?

Somos indesculpáveis porque Deus teve misericórdia de terríveis criaturas cujo cuidado Ele não tem de manter obrigação¹, como seríamos então ainda mais inescusados se, além disso, não socorrermos àqueles que são nossos semelhantes²?

[1] Rm 9:20,21; Rm 11:35 [2] 1 Tm 5:8; 1 Jo 2:10; Tg 4:17

V. DAS BÊNÇÃOS E AMEAÇAS ANEXAS AO DEVER

21. De que outra maneira somos estimulados ao cumprimento desse dever?

Somos estimulados através das bênçãos e ameaças que as Escrituras anexam a esse dever.

22. Quais bênçãos as Escrituras anexam a esse dever?

Aos que fazem seus ouvidos atentos ao clamor dos pobres, Deus os ouvirá em seus clamores e os proverá de toda sorte de bens necessários, tanto materiais quanto espirituais¹: livrando-os no dia mau, conservando suas vidas, sustentando-os em suas enfermidades, protegendo-os de seus inimigos e abençoando suas obras², não permitindo que passem necessidade e fazendo-os prosperar para que tenham ainda mais para socorrer aos que se encontram em necessidade, se o fizerem em temor e gratidão a Deus com o coração sincero³.

[1] Pv 11:24,25; Is 58:7-11[2] Sl 41:1-3; Dt 14:29; 15:10 [3] Pv 19:17; 28:27; 2 Co 9: 6-11

23. Quais ameaças as Escrituras anexam a esse dever?

Aqueles que negligenciam o pobre ou o oprimem insultam o seu Criador¹, sendo encontrados em pecado e trazendo sobre si muitas maldições²: tendo os seus clamores impedidos de serem ouvidos por Deus³ e sendo por Ele punidos, visto que Deus é o vingador dos necessitados que n'Ele confiam e, quando se levantar para salvar os que a Ele clamam, fará justiça e glorificará o Seu Nome⁴.

[1] Pv 14:31 [2] Dt 15:9; 24:14,15; Pv 28:27 [3] Pv 21:13 [4] Sl 12:5; 68:5; 72:13,14; Pv 22:22,23; 23:10,11; Jr 22:3-5

24. Por que nem sempre vemos essas bênçãos ou maldições serem executadas previamente?

Deus trabalha sempre em benefício de Sua Glória e da Sua Igreja¹. Se a bênção ou a maldição não contribuírem para esses objetivos, então não serão executadas². Além disso, os crentes são privados de muitas bênçãos nessa vida para que não se esqueçam que possuem uma herança eterna, muitíssimo superior a tudo que se pode obter nessa terra e para que não caiam em tentação e possam, portanto, serem purificados de seus pecados³. Da mesma forma, os ímpios, embora recebam muitos terríveis juízos nessa vida, não são punidos com todas as maldições possíveis para que os homens lembrem que ainda resta um castigo eterno que os aguarda⁴.

[1] Rm 11:36; 1 Co 10:31; Rm 8:28,30,31 [2] 1 Sm 12:20-22; Is 48:9-11; Rm 9:22; Rm 2:4; 1 Pe 3:15 [3] Pv 30:8,9; Is 57:1,2; 2 Co 4:16-18; 12:7-9; Sl 94:12,13; 119:67 [4] Pv 11:31; Sl 73:12;17-20; Mt 3:14-18; 1 Pe 2:9

25. Além das bênçãos anteriormente mencionadas, que outro grande benefício os crentes recebem no cumprimento desse dever?

Além das bênçãos mencionadas anteriormente, aqueles que cumprem esse dever são beneficiados com as orações dos que são socorridos, em gratidão a Deus¹, o que vale muito mais do que qualquer bem material doado², pois o próprio Deus não se esquecerá deles, não serão galardoados diante dos homens e, sim, de Deus.³

[1] 2 Co 9:14 [2] 1 Co 9:11 [3] At 9:36-41; 10:31

26. Qual deve ser a maior razão a nos estimular no cumprimento desse dever?

A maior razão deve ser a glória de Deus, que é louvado por aqueles que são socorridos em suas necessidades e angustias, quando contemplam, em piedoso constrangimento, o amor de Deus por eles em Cristo.¹

[1] 2 Co 9:11-13; 5:14.

VI. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

27. Que entendimento equivocado muitos comumente concluem com relação ao que a Escritura ensina sobre esse dever?

O entendimento de que o pobre é amado por Deus por causa da sua pobreza ou que este não terá seus pecados levados em consideração pelo seu estado de sofrimento¹, entendimento este que leva à dois graves equívocos, os quais são: 1) a falsa compreensão de que o necessitado poderia ser auxiliado continuamente, violando a Lei de Deus pelo ócio e pelo furto (visto que não estaria trabalhando)² e 2) a falsa concepção de que há uma espécie de redenção pela escassez de bens³.

[1] Rm 3:23 [2] 2 Ts 2:10-12 [3] Ef 2:8,9; Hb 9:22

28. Não estaria a famosa passagem do “jovem rico” em Mateus 19:16-26 aprovando esse entendimento, ensinando que os ricos não entram no reino de Deus?

Não. O texto ensina apenas que a depravação do homem é tamanha que, caso ele se enriqueça, facilmente se esquecerá de Deus, podendo vir a amar mais as riquezas do que a Ele e fazendo delas o seu senhor¹. Assim, as riquezas são vistas por Jesus como um obstáculo comum à piedade e não a causa da perdição², sendo a salvação impossível a todos os homens, tanto a pobres como a ricos, mas sempre possível para Deus³. Portanto, que o mais rico partilhe com o mais necessitado dos bens que recebeu de Deus motivado pelo amor genuíno a Cristo e ao próximo, para que possa enriquecer de boas obras e devidamente glorificar a Deus nesse partilhar, reconhecendo, assim, que tudo vem d'Ele⁴.

[1] Pv 30:8,9; Mt 6:19-21,24; [2] Mt 19:23,24; 1 Tm 6:9,10 [3] Mt 16:25,26 [4] Ef 4:28 ; Mt 22:37-39 1 Jo 4:20,21 ; 1 Tm 6:17-19

29. Que outra passagem bíblica podemos usar para refutar esse entendimento?

O livro do profeta Amós que ensina que, tanto os poderosos da terra de Israel, quanto os pobres, seriam punidos por Deus com o exílio assírio pela sua impiedade¹.

[1] Am 6:11

30. É razoável pensar que os pobres e necessitados que são ímpios não devem ser ajudados em função disso?

Não, pois além de Paulo ensinar que devemos dar de comer e beber até mesmo aos nossos inimigos¹, a Escritura nos mostra que Deus, por meio de Amós, cobrou os poderosos de Israel por oprimirem aos necessitados² (ainda que fossem ímpios), de modo que tanto no âmbito individual, quanto no civil, permanece esse mesmo dever.

[1] Rm 12:20 [2] Am 4:1; 5:11,12; 8:4-6

31. Que cuidados devemos ter na execução desse dever?

Primeiro, a Igreja deve se lembrar de que, apesar do dever se aplicar aos pobres e necessitados em geral, a prioridade recai inicialmente aos da família da fé¹. Em segundo lugar, deve haver o cuidado de que a caridade seja feita somente até ao ponto em que o necessitado não é capaz de ter o mínimo necessário por meio de seu próprio trabalho, buscando sempre meios pelos quais o esforço dele possa ser aplicado e investigando se a situação em que ele se encontra não é resultado de uma vida negligente. Além disso, em terceiro lugar, é necessário instruir o mesmo para que não caia ou permaneça em pecados graves como o furtar ou estar ocioso de trabalho².

[1] Gl 6:10 [2] 2 Ts 3:10-12; Ef 2:28; Pv 30:9

32. Que exemplo temos na lei de Deus do princípio de que mesmo do pobre e necessitado é exigido um esforço tanto quanto possível para a manutenção do sustento básico dele e de sua família?

Temos o exemplo na Lei da respigadura, que exigia que o dono da terra não segasse o seu canto totalmente nem voltasse para pegar o que ficou para trás, para que houvesse mantimento para os órfãos, estrangeiros e viúvas, os quais não recebiam as espigas em suas mãos, mas deveriam buscá-las e colhe-las com seu próprio e contínuo esforço. Assim, essa Lei nos mostra que a caridade dos senhores da terra em questão não anularia o trabalho que poderia ser feito sem muitas dificuldades pelos necessitados, nos tempos da aflição¹.

[1] Lv 19:9,19; Dt 24:19,20; Rt 2:7

33. O que concluímos com relação ao dever de socorrer aos que estão em necessidade?

Visto que esse dever ecoa por toda a Sagrada Escritura como uma prática distintiva do cristão piedoso¹ (ainda que os ímpios o desempenhem para glória de seus nomes nesse mundo), concluímos que é uma obrigação de todo aquele que invoca o nome do Senhor se esmerar em compreender no que consiste esse dever e quais as bênçãos e maldições relacionas a ele², com vistas a ser estimulado a praticá-lo de modo agradável a Deus e não como fazem os hipócritas³, para que possa honrar ao Senhor com uma prática que adorna a doutrina que ele professa⁴.

[1] Sl 112:1,9; Jó 29:12-16; Pv 31:10,22 [2] Sl 119:2,4,27; sl 19:11 [3] Mt 6:1-4; Jo 12:4-5 [4] Tt 2:4,5,9,10; 1 Pe 2:12

